

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDEM DO DIA**
 - 2.1 – Comissão
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – MANIFESTAÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATAS

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/5/2018

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior, Duarte Bechir (substituindo o deputado Leandro Genaro, por indicação da liderança do BCMG) e Tadeu Martins Leite (substituindo o deputado Iran Barbosa, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Junior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de e-mails, por meio do Fale com as Comissões, das Sras. Maria Cristina Demetre Alexandris e Geralda Silva, de Belo Horizonte, solicitando que essa comissão se posicione a favor da proibição de testes em animais para produtos de limpeza, higiene e cosméticos. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. José Soter de Figueirôa Neto, secretário de Governo de Juiz de Fora (5/10/2017); Bruno Marques de Almeida Rossi, promotor de justiça da Comarca de Coromandel (28/10/2017); e das Sras. Adriana Branco Cerqueira, secretária de Assuntos Institucionais e Comunicação Social de Belo Horizonte (17/11/2017); Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil (15/12/2017); Cláudia de Oliveira Ignez, promotora de justiça da 1ª Promotoria de Justiça, e Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil (16/12/2017); Thais Lamim Leal Thomaz, promotora de justiça (30/12/2017); e do Sr. José Sóter de Figueirôa Neto, secretário de Governo de Juiz de Fora (12/1/2018). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.805/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à 1ª Promotoria de Justiça em Patrocínio pedido de informações sobre o inquérito instaurado pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Patrocínio para apurar supostas irregularidades no canil municipal e a ausência de políticas públicas para controlar a população de cães e gatos na cidade, especificando-se qual foi o desfecho das investigações e as medidas impostas à Prefeitura de Patrocínio para que os problemas relacionados a proteção, identificação e controle populacional de cães e gatos sejam resolvidos;

nº 11.906/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do Alto São Francisco, em Divinópolis, pedido de providências com vistas a que seja apresentada denúncia criminal contra o Sr. Galileu Machado, prefeito, e funcionários da Prefeitura de Divinópolis que foram responsáveis pelo extermínio de cães recolhidos das ruas da cidade;

nº 12.009/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Iturama pedido de providências para que seja verificado o cumprimento da Lei nº 21.970,2016, nesse município, especialmente no que tange à situação dos animais que estão abrigados no canil municipal;

nº 12.010/2018, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência pública para debater o posicionamento do CRMV-MG quanto aos procedimentos de esterilização cirúrgica de cães e gatos realizados pelo Centro de Controle de Zoonoses da Prefeitura de Belo Horizonte;

nº 12.033/2018, dos deputados Noraldino Júnior, Duarte Bechir e Tadeu Martins Leite, em que requerem seja encaminhado ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal e à 4ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Contagem pedido de providências para que, com urgência, sejam liberados os veículos que estão transportando carga viva, que estão impossibilitados de se locomover devido à greve dos caminhoneiros que afeta as rodovias do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2018.

Noraldino Júnior, presidente – Mario Henrique Caixa – Gustavo Correia.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/6/2018

Às 13h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Bonifácio Mourão, Dilzon Melo, Antonio Carlos Arantes, Alencar da Silveira Jr., Gil Pereira, Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Corrêa e Cássio Soares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública, apresentado pelo governo federal, bem como seus reflexos e a adoção de estratégias para a segurança pública no Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Antonio Anastasia, senador da República; Alexandre Silveira, ex-deputado federal; Carlos Capristrano, superintendente de Investigações e Polícia Judiciária da Polícia Civil, representando o chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; Carlos Henrique Cotta D'Ángelo, delegado-chefe da Polícia Federal em Uberlândia; Luis Flávio Saporì, professor especialista em Segurança Pública da PUC Minas; Coraci Ricardo Fernandes Vieira, policial rodoviário federal, representando o superintendente da 4ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal; Marco Antonio de Paula Assis, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais; e Daniel Anunciação dos Santos, diretor executivo do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais, representando o presidente; o Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; o Subten. PM Heder Martins de Oliveira, diretor jurídico da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais, representando o presidente; e o Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais; os Srs. Bertone Tristão, presidente do Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado de Minas Gerais; Ruberval José Gonçalves, prefeito da Prefeitura Municipal de Conceição da Aparecida; Aloísio Nascimento Ferreira, Vice-Prefeito da Prefeitura Municipal de Conceição da Aparecida; Cristiano

Elias dos Reis Costa, prefeito de Pedro Leopoldo; Antônio Marcos Pereira, presidente interino do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil; e Domingos Sávio, deputado federal. A presidência concede a palavra ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 12.106/2018. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.218/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Pouso Alegre para debater a onda de violência ocorrida nos últimos dias em diversos municípios no Sul de Minas e as ações efetivas para conter o aumento da criminalidade na região;

nº 12.241/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Contagem para debater o aumento do índice de criminalidade local bem como o pretendido fechamento das companhias descentralizadas da Polícia Militar sediadas na cidade;

nº 12.267/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 14ª Reunião Ordinária, para suspensão dos efeitos da Resolução Sesp nº 18, de 25/4/2018, até que sejam definitivamente tratados e definidos pelos gestores, em conjunto com as agentes do Sistema Socioeducativo do Estado, os critérios técnicos para o encaminhamento das adolescentes travestis e trans para unidade socioeducativa feminina, o quantitativo de vagas atualmente disponibilizado e previsto no Estado para essas adolescentes e os critérios pedagógicos utilizados para preparação e capacitação prévia das agentes do sistema socioeducativo;

nº 12.268/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam encaminhadas ao Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado, à União Mineira dos Agentes de Segurança Prisional do Estado e ao Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado as notas taquigráficas da 14ª Reunião Ordinária, que teve por finalidade debater o teor da Resolução Sesp nº 18, de 25/4/2018, e ouvir o secretário adjunto da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania e a subsecretária de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Segurança Pública sobre os relatos feitos por agente do sistema socioeducativo durante reunião desta comissão, realizada em 29/5/2018, entre os quais o relativo à ocorrência de violação da dignidade das agentes durante procedimentos de revista bem como a ameaças de instauração imediata de procedimentos administrativos disciplinares em desfavor das agentes;

nº 12.269/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam encaminhados à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 14ª Reunião Ordinária, para que se promovam os procedimentos judiciais e administrativos pertinentes – inclusive com a devida responsabilização de gestores, conforme o caso –, a fim de resguardar os direitos fundamentais das agentes do sistema socioeducativo do Estado, especialmente daquelas lotadas no Centro Socioeducativo São Jerônimo, em Belo Horizonte, considerando-se o teor da Resolução Sesp nº 18, de 25/4/2018, e os relatos de graves violações de direitos sofridas pelas servidoras, em afronta ao previsto na Lei Complementar nº 116, de 2011, que dispõe sobre a prevenção e a punição do assédio moral na administração pública;

nº 12.270/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer sejam encaminhados à Procuradoria-Geral de Justiça pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 14ª Reunião Ordinária, para que se promovam, por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário – CAO-DH –, os procedimentos judiciais e administrativos pertinentes – inclusive com a devida responsabilização de gestores, conforme o caso –, a fim de resguardar os direitos fundamentais das agentes do sistema socioeducativo do Estado, especialmente daquelas lotadas no Centro Socioeducativo São Jerônimo, em Belo Horizonte, considerando-se o teor da Resolução Sesp nº 18, de 25/4/2018, e os relatos

de graves violações de direitos sofridas pelas servidoras, em afronta ao previsto na Lei Complementar nº 116, de 2011, que dispõe sobre a prevenção e a punição do assédio moral na administração pública;

nº 12.273/2018, do deputado João Leite, em que requer seja formulada manifestação de aplauso à equipe da Divisão de Referência da Pessoa Desaparecida, que localizou duas adolescentes que estavam desaparecidas, especialmente aos investigadores Daniel Baroni Passini, Gilmar Caldeira, Rodrigo Luiz Vieira Figueiredo e Jean Patrick da Silva, ao inspetor Elã Alves Martins e às analistas de Polícia Civil integrantes do Núcleo de Serviço Social e Psicologia Marluci Quajlia Sabino Zucheratto e Rejane Alves Batista, todos responsáveis pela ação e chefiados pela delegada de polícia Maria Alice Faria, chefe da Divisão de Referência da Pessoa Desaparecida;

nº 12.284/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governo do Estado e ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências com vistas à nomeação dos candidatos excedentes do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar, por se tratar de medida indispensável à eficiência e à adequada prestação do serviço de segurança pública;

nº 12.285/2018, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Gil Pereira, Bonifácio Mourão e Gustavo Corrêa, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a intimação recebida pelas jornalistas do jornal *O Tempo*, Sras. Angélica Diniz e Ludmila Pizarro, para comparecerem à Delegacia de Crimes Cibernéticos da Polícia Civil de Minas Gerais, em flagrante desrespeito ao inciso 14 do art. 5º da Constituição Federal, que assegura aos jornalistas o direito de manter o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

nº 12.286/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública, em atendimento ao disposto no art. 73, II, da Constituição do Estado, de modo a assegurar a realização de controle externo, a cargo desta Casa, com o auxílio do Tribunal de Contas e a presença do diretor-geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais – IPSM –, Cel. PM Vinícius Rodrigues de Oliveira Santos, do secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Sr. Helvécio Magalhães, e do secretário de Estado de Fazenda, Sr. José Afonso Bicalho, para debater a situação financeira do IPSM, que foi discutida em reunião da comissão realizada em 11/4/2018. Na oportunidade, constatou-se que o valor não repassado pelo governo ao instituto, referente à contribuição patronal e dos segurados, já ultrapassa três bilhões de reais, o que tem prejudicado a assistência médica e odontológica dos cerca de 225 mil beneficiários, principalmente no interior do Estado. Assim, considerando a gravidade do exposto, conto com o apoio dos pares na realização da mencionada audiência pública, nos termos do art. 100, incisos VII e VIII, do Regimento Interno;

nº 12.287/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a segurança nas escolas do Estado, em especial a expansão do uso e do tráfico de drogas ilícitas e entorpecentes, considerando-se a violência de crimes ocorridos nos arredores das instituições de ensino.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Duarte Bechir.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/6/2018

Às 14h22min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos e Celise Laviola e o deputado André Quintão (substituindo o deputado Tadeu Martins Leite, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar

proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.256/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para melhorar a infraestrutura da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher em Contagem, no que se refere a recursos humanos e administrativos;

nº 12.257/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Contagem pedido de providências para verificar a possibilidade de recuperar a estrutura predial e ceder o espaço localizado na Rua Dez, nº 30, no Bairro São Mateus, em Contagem, para o Coletivo de Mulheres São Mateus;

nº 12.258/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça do Estado, à Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado, à Defensoria Pública do Estado, à Prefeitura de Contagem e à Secretaria de Defesa Social de Contagem as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a violência contra as mulheres;

nº 12.288/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Contagem e à Secretaria de Saúde de Contagem pedido de informações, acompanhado das notas taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 18/6/2018, sobre o atendimento prestado pela rede pública municipal de saúde desse município, em particular nos Centros de Atenção Psicossocial – Caps –, tendo em vista as denúncias feitas nessa reunião;

nº 12.289/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde de Contagem pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 18/6/2018, para que sejam averiguadas as denúncias sobre o atendimento prestado pela rede pública municipal de saúde desse município, em particular nos Centros de Atenção Psicossocial – Caps –, e para que se proceda às ações consideradas cabíveis ao caso;

nº 12.290/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Minas Gerais – Caopp – e às Promotorias de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais em Contagem pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 18/6/2018, para que sejam averiguadas as denúncias sobre o atendimento prestado pela rede pública municipal de saúde desse município, em particular nos Centros de Atenção Psicossocial – Caps –, e para que se proceda às ações consideradas cabíveis ao caso;

nº 12.291/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 18/6/2018, para que sejam averiguadas as denúncias sobre o atendimento prestado pela rede pública municipal de saúde de Contagem, em particular nos centros de atenção psicossocial – Caps –, e para que se proceda às ações consideradas cabíveis ao caso;

nº 12.306/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a representação das mulheres na mídia;

nº 12.307/2018, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a situação das mulheres negras na sociedade atual.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2018.

Marília Campos, presidente – Duarte Bechir – Sargento Rodrigues.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/6/2018

Às 15h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antonio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Isauro Calais, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Felipe Attiê. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação econômica do setor sucroenergético do Estado em virtude da 10ª Edição do MegaCana Tech Show. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.807/2016, no 1º turno, é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Ana Carolina Alves Gomes, analista de agronegócios da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, representando Nelson Luiz Krastel; Mário Ferreira Campos Filho, presidente da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais; Rui Gomes Nogueira Ramos, prefeito de Pirajuba; Marcos Cesar Brunozzi, presidente da CanaCampo; Paulo Piau Nogueira, prefeito de Uberaba; Geraldo Magela da Silva, analista institucional do Sistema Ocemg – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais, representando o presidente; Silvio de Castro Cunha Junior, fornecedor de cana; Ademir Ferreira de Mello, produtor de cana-de-açúcar de Uberaba; e Rodrigo Nogueira, engenheiro agrônomo da Associação dos Fornecedores de Cana da Região de Campo Florido. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2018.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

**ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 3/7/2018****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.926, 4.927 e 5.078/2018, do governador do Estado.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cabo Júlio, Doutor Wilson Batista, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/7/2018, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência pública, debater o teor da Resolução Sesp nº 18, de 25/4/2018, e ouvir o secretário adjunto da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Gabriel Rocha, e a subsecretária de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Segurança Pública, Camila Barbosa Neves, sobre os relatos feitos por agente do sistema socioeducativo durante reunião desta comissão, realizada em 29/5/2018, entre os quais a ocorrência de violação da dignidade das agentes durante procedimentos de revista, bem como ameaças de instauração imediata de procedimentos administrativos disciplinares em desfavor das referidas agentes; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Roberto Andrade, Celinho do Sinttrocel e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 3/7/2018, às 15 horas, à Câmara dos Deputados, com a finalidade de participar da audiência pública da Comissão de Viação e Transportes para debater o transporte ferroviário de cargas e passageiros.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2018.

João Leite, presidente.

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com o Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Minas Gerais – SindsempMG –, pela posse dos novos integrantes da Diretoria Colegiada, do Conselho Fiscal e das Delegacias Regionais eleitos para o triênio 2018-2021 (Requerimento nº 10.883/2018, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Pedro Bernardes de Oliveira por sua posse no cargo de presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e com o Sr. Rogério Medeiros Garcia de Lima por sua posse nos cargos de vice-presidente e corregedor desse tribunal (Requerimento nº 10.995/2018, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o Sr. Nelson Missias de Moraes, por sua posse no cargo de presidente do Tribunal de Justiça do Estado (Requerimento nº 10.997/2018, do deputado Duarte Bechir);

de repúdio ao governador do Estado, à Cemig, à Caixa Econômica Federal e à Câmara dos Deputados em virtude do iminente fim da relação contratual que possibilita às casas lotéricas realizarem o recebimento de contas de energia (Requerimento nº 11.165/2018, da Comissão de Defesa do Consumidor);

de congratulações com a Associação Mineira de Medicina do Trabalho – Amint – pela comemoração do seu jubileu de ouro (Requerimento nº 11.172/2018, da Comissão de Saúde);

de congratulações com a Sra. Cláudia Borém Pimenta de Figueiredo, com os Srs. Eduardo de Moraes e Farley Carneiro e com os demais diretores e conselheiros eleitos para a nova diretoria da Unimed Norte de Minas, para o período de 2018 a 2021 (Requerimento nº 11.174/2018, da Comissão de Saúde).

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 21/6/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 28/6/2018, que nomeou Elisângela Pereira Mendes, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando José de Souza Lima Filho, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Durval Ângelo;

nomeando José de Souza Lima Filho, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Maria Lúcia Pereira Mendes, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Sérgio Cássio Torres Silva, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Durval Ângelo.